

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2024 – SSS

Abre inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, destinado a contratação de pessoal por prazo determinado e formação de cadastro reserva para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, do quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Saneamento.

CONSIDERANDO que a dengue é um grave problema de saúde pública no país, que houve o aumento dos casos no município, tornando cada vez mais evidente a necessidade de melhorar a vigilância do vetor através de medidas que ajudam a barrar a reprodução do mosquito transmissor e, com o intuito de formar cadastro reserva caso a situação se agrave.

CONSIDERANDO a cláusula primeira, item 1.1 do Termo de Ajustamento de Conduta n. 09.2013.00004164-1 firmado junto a 09ª Promotoria de Justiça, o qual possibilita de contratação temporária para combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameaçam a saúde animal ou vegetal e/ou na situação prevista no art. 9º, § 1º da Lei n. 11.350/2006.

CONSIDERANDO que a Governo do Estado de Santa Catarina decretou estado de emergência por intermédio do Decreto nº 478, de 22 de fevereiro de 2024.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, torna público, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para Admissão em Caráter Temporário (ACT) e formação de cadastro reserva, a fim de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público na manutenção de serviços essenciais, que será regido pelas normas estabelecidas no presente Edital, com base na Lei Municipal nº 1.913/1999, nos termos do inciso IX, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei nº 2776/2007 e demais legislações pertinentes.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Considerando que o presente processo seletivo se realizará para convocação de profissionais que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis, dentro de suas habilitações, respeitando todos os critérios e pré-requisitos previstos neste edital;

1.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de até 6 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e/ou, ainda, terá vigência até a data fim da situação de emergência em saúde pública decretada pelo Estado de Santa Catarina, data a qual ocorrer primeiro.

1.3 O presente Processo Seletivo Simplificado será realizado pela Secretaria de Gestão Administrativa, Secretaria de Saúde e Saneamento e a Comissão de Planejamento e Execução do Processo Público de Seleção de Pessoal nomeada por meio do Decreto Municipal n.º 10.945/2022 submetendo-se à legislação vigente e as instruções contidas neste Edital e demais atos complementares.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do presente Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2.2 O cadastro e a inscrição somente poderão ser realizados com o número do CPF e o nome do candidato a vaga do processo seletivo.

2.3 Para a inscrição neste processo seletivo é necessário a abertura de um novo protocolo específico para este fim, não serão aceitos protocolos de anos anteriores.

2.4 Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, deverão ser protocolados pelo candidato, EXCLUSIVAMENTE, através da plataforma 1Doc, através do link <<https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=16>> a partir do dia 27/02/2024 até as 13h00 do dia 04/03/2024.

2.5 Não serão admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos protocolados.

2.6 A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada exclusivamente através do protocolo da documentação no link, conforme item seguinte.

2.7 Para efetivar a sua inscrição pela Internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

I. Ler atentamente o edital, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;

II. Acessar o endereço eletrônico: <https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=16>

III. Preencher o Requerimento de Inscrição, protocolar a documentação (Documentação Obrigatória: CPF, RG, comprovante de escolaridade) e enviá-la pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder.

2.8 Os candidatos que não tiverem acesso à Internet ou que tiverem dificuldades para o preenchimento do requerimento de inscrição no Processo Seletivo ou para fazer o upload da documentação eventualmente exigida, poderão obter ajuda na sua inscrição, na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Rua 1500, nº 1100 – Centro – Balneário Camboriú/SC (Departamento de Gestão de Pessoas), nas datas e horários abaixo:

DATA	HORÁRIO
27/02/2024	13 h:30 às 17 h
28/02/2024	9 h às 11 h e das 13 h:30 às 17 h
29/02/2024	9 h às 11 h e das 13 h:30 às 17 h
01/03/2024	9 h às 11 h e das 13 h:30 às 17 h
04/03/2024	9 h às 11 h

2.9 A Comissão de Planejamento e Execução do Processo Público de Seleção de Pessoal e a Prefeitura de Balneário Camboriú eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

2.10 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.11 O candidato declara para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras, e

está ciente que poderá a qualquer momento ser convocado a apresentar os documentos originais, sendo que, ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original, o candidato será excluído do processo seletivo, sendo atribuída pontuação 0 (zero) no Resultado Final, sem prejuízo das demais sanções legais.

2.12 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão analisadas, deferidas e homologadas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site da Prefeitura, em editais, onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição (que será o número do protocolo) e o cargo para o qual está concorrendo, conforme o cronograma. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

3 DA ESPECIFICAÇÃO DO CARGO A SER PROVIDO

3.1 Cargo com exigência de nível de ensino médio

Item	Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Base	*Habilitação/Formação Exigida	Vagas
1	Agente de Combate às Endemias	40 horas semanais	R\$ 2.824,00	Ensino Médio completo	CR

CR = CADASTRO RESERVA

4 DA SELEÇÃO

4.1 A Comissão de Planejamento e Execução do Processo Público de Seleção de Pessoal será responsável pelo recebimento e análise dos documentos, classificação e seleção dos profissionais que atendam aos requisitos técnicos e administrativos exigidos neste instrumento, que se dará mediante a Análise de Currículo/Tempo de Experiência na área de atuação.

4.2 Na avaliação dos candidatos, o resultado será igual ao somatório da pontuação obtida nos itens avaliados.

A. Cargo Público – AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – Certificado de conclusão de curso de Ensino Médio completo.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. Tempo de Atuação e Experiência	Declaração de tempo de atuação no cargo a que está concorrendo, considerando a partir de 06 meses de atuação. (Declaração expedida pela Instituição onde trabalhou com papel timbrado, carimbado e assinado e/ou contrato de trabalho devidamente assinado acompanhado da carteira de trabalho com data de início e término de contrato).	10 pontos para cada 06 (seis) meses comprovados de experiência no cargo a que está concorrendo	100

5 DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, para a função cujas atribuições forem compatíveis com a deficiência de que seja portador. Aos candidatos com deficiência são reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada uma das funções, nos termos do § 2º, do Artigo 11º, da Lei Municipal 1069/91, com a redação da Lei Municipal 1.346/94.

5.2 Por se tratar de Processo Seletivo para a formação de cadastro reserva, não há oferecimento de vaga imediata para pessoas com deficiência. Neste caso, será admitido 1 (um) candidato com deficiência, regularmente inscrito e classificado para a 5ª (quinta) vaga que vier a ser aberta para cada uma das funções/ áreas de atuação objeto do Processo Seletivo. Os demais serão contratados a cada 20 (vinte) vagas providas.

5.3 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas na Lei Estadual nº 17.292 de 19 de outubro de 2017 e suas alterações e no disposto na Súmula n. 377 do STJ (portador de visão monocular).

5.4 Para que a inscrição possa ser deferida, o candidato com deficiência deverá fazer o upload, do Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.

5.5 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos.

5.6 Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitado ou não para o exercício da função.

5.7 As vagas reservadas às pessoas com deficiência serão ocupadas por candidatos sem deficiência, na hipótese de não haver inscrição ou classificação de candidatos com deficiência para determinada função.

5.8 Não será mais admitido recurso à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6 DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO

6.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do somatório total dos pontos obtidos nas tabelas do item 4 e serão convocados na ordem de classificação de acordo com o número de vagas disponibilizado neste edital, mediante a necessidade da administração.

6.2 Critérios de desempate

6.2.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios:

- I. Somente profissionais habilitados conforme a exigência do presente edital;
- II. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, aplicar-se-á para o desempate o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, persistindo o empate será adotado o critério de maior número de

filhos abaixo de 15 (quinze) anos;

- III. Para o efeito do item anterior será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente processo seletivo.

7 DOS RECURSOS

7.1 Caberão recursos dos seguintes atos do processo seletivo:

7.1.1. Nota e classificação provisória

7.1.2. Os recursos deverão ser interpostos de acordo com o cronograma no item 12.

7.2 Os recursos intempestivos e inconsistentes, não serão analisados.

7.3 Para interposição de recursos pela Internet o candidato deverá:

- I. Acessar a página do site da Prefeitura e clicar no link da inscrição
- II. Preencher o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva;
- III. Enviar pela Internet seguindo as instruções do sistema.

7.4 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

7.5 Em consequência de deferimento de recurso administrativo, ou por constatação de erro material, os pontos, médias e classificação dos candidatos poderão ser alterados para posição, superior ou inferior.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Os candidatos aprovados serão convocados obedecendo a ordem de classificação conforme a maior pontuação final obtida, respeitados os critérios de desempate.

8.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo, não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal do Município de Balneário Camboriú. A contratação é de competência do Prefeito, respeitando o interesse, conveniência e necessidade da Administração.

8.3 A entrega da documentação exigida no item 9 do presente edital, deverá ser realizada pelo candidato convocado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, na Prefeitura Municipal, na rua Dinamarca, 1º andar, Bairro das Nações, Balneário Camboriú – SC.

8.4 A não apresentação do candidato ou recusa em assumir de imediato a vaga ofertada não implicará a sua reclassificação. Passará a ocupar a última vaga do cargo e só voltará a ser convocado após todos os demais terem escolhido vagas, independentemente de sua nota final e ou classificação inicial.

8.5 Em caso de dispensa de qualquer um dos ocupantes das vagas, enquanto durar a necessidade pública, a mesma será preenchida pelo próximo classificado.

8.6 Os candidatos aprovados serão lotados na Secretaria de Saúde e Saneamento.

9 DA CONTRATAÇÃO

9.1 As convocações dos candidatos serão feitas através do site da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú no endereço (<https://www.bc.sc.gov.br/editais.cfm>).

9.2 As contratações serão regidas pela Lei Municipal nº. 1.913/1999 e, portanto, os contratos de trabalho terão a validade de até 06 (seis) meses, renováveis por igual período, todavia, caso se finde a situação de emergência do Governo do Estado, os servidores serão desligados a partir da avaliação da situação da epidemia do município.

9.3 Ficam advertidos os candidatos convocados que a contratação para o cargo só lhes será deferida no caso de exibirem os seguintes documentos e comprovarem as seguintes situações: Devem ser apresentadas CÓPIAS SIMPLES E OS ORIGINAIS dos seguintes documentos:

1. Original e cópia da Carteira de identidade, CPF, Título de Eleitor (não será aceita CNH);
2. Original e cópia do PIS/PASEP e CTPS com o n.º de série e data de emissão (ou CTPS digital, se for o caso);
3. Original e cópia do Certificado de reservista (se masculino);
4. Original e cópia do comprovante de residência em nome do contratado, pai, mãe, cônjuge legal ou declaração de residência em nome do proprietário autenticada em cartório;
5. Cópia da Declaração de Imposto de Renda, completa e com recibo (quando declarante);
6. 01 (uma) foto 3x4 atualizada;
7. Original e cópia do Comprovante de nível de escolaridade exigido para o cargo, conforme edital;
8. Atestado de Saúde Ocupacional (emitido por médico inscrito no CREMESC, sendo ele especialista ou não em Medicina do Trabalho) – sendo este de responsabilidade do candidato. **EXCETO nos casos de candidatos inscritos como PcD**, que serão avaliados pelo médico do trabalho do município para emissão do ASO, mediante solicitação de agendamento via protocolo do 1 doc no site da Prefeitura de Balneário Camboriú;
9. Laudo caracterizador da Deficiência (para candidatos PcD – Pessoa com Deficiência), nos termos dos dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (Decreto Legislativo nº. 186/2008 e Decreto nº. 6.949/2009) combinado com os artigos 3º e 4º, do Decreto nº 3.298/1999, Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça–STJ, do Decreto Federal nº. 8.368/2014, da Lei nº. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), cujo modelo está disposto no **anexo II** do presente Edital.

Documentos de dependentes (originais e cópias simples):

10. Original e cópia da Certidão de Casamento ou União Estável (se for o caso);
11. Cópia da Carteira de identidade e CPF do cônjuge/companheiro(a);
12. Original e cópia da Certidão de Nascimento de filhos;

13. Cópia da Carteira de identidade e CPF do(s) filho(s).

Certidões:

14. Certidão de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos

- Disponível no cartório eleitoral ou através do endereço eletrônico:

<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>

15. Certidão negativa de **PRIMEIRO GRAU** dos distribuidores **criminais** das **Justiças Federal e Estadual** onde tenha residido nos últimos 3 (três) anos – exceto para candidatos que residiram/residem nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná:

- Disponível através do endereço eletrônico:

<https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>

16. Certidão **CRIMINAL FEDERAL**:

- Disponível em: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>

17. Certidão **CRIMINAL ESTADUAL** de PRIMEIRO GRAU de Santa Catarina:

- Disponível em: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>

Candidatos de fora do Estado de Santa Catarina, devem apresentar as certidões criminais federal e estadual de seu estado de residência junto às certidões de Santa Catarina.

18. Comprovante de Situação Cadastral no CPF regular:

- Disponível no site da Receita Federal em:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>

19. Comprovante de qualificação cadastral do e-Social (com a impressão do Resultado da Consulta, em que consta a mensagem "Os dados estão corretos"):

- Disponível em: <https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>

Em caso de alteração de nome, por casamento, divórcio ou qualquer outro fator gerador, em todos os documentos deverá constar o nome atualizado, sob pena de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal.

Declarações disponíveis no setor do RH no ato da entrega da documentação:

20. Declaração de isenção de Imposto de Renda (se for o caso);

21. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 e seu parágrafo único, da lei federal nº. 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;

22. Declaração de acumulação legal de cargo Público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho;

23. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos;

24. Informações bancárias: Agência e Conta no Banco Itaú. Caso o candidato não possua conta no Banco Itaú, será disponibilizada posteriormente a declaração para abertura de conta.

10 DO FORO JUDICIAL

10.1 O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital, é o da Comarca de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pela Comissão de Planejamento e Execução do Processo Público de Seleção de Pessoal, o Diretor da Divisão de Gestão de Pessoas e pela Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas da Secretária de Saúde e Saneamento.

12 CRONOGRAMA

FASES	DATAS	HORÁRIOS E LOCAIS
Publicação do Edital	27/02/2024	No site https://www.bc.sc.gov.br/ , em editais
Inscrições	De 27/02/2024 até as 13h00 do dia 04/03/2024	No link: https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=16
Divulgação do ato de homologação das Inscrições no endereço eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú https://www.bc.sc.gov.br/ , em Editais	14/03/2024	A partir das 12h00
		No site da Prefeitura: https://www.bc.sc.gov.br/
Divulgação do resultado provisório no endereço eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú: https://www.bc.sc.gov.br/ , em Editais	14/03/2024	A partir das 12h00
		No site da Prefeitura: https://www.bc.sc.gov.br/

Interposição de Recursos	De 14/03/2024 até as 17h00 do dia 15/03/2024	Acessar a página da Prefeitura, e clicar no link da inscrição para interposição de recursos
Divulgação do Resultado Final de Classificação após análise dos recursos	19/03/2024	A partir das 12h00
		No site da Prefeitura: https://www.bc.sc.gov.br/
Início das atividades	Aguardar convocação pela Secretaria de Gestão Administrativa	No site da Prefeitura, em Editais: https://www.bc.sc.gov.br/

Balneário Camboriú, 27 de fevereiro de 2024.

OMAR MOHAMAD ALI TOMALIH
SECRETÁRIO DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N° 29.305/2023

ANEXO I – ATRIBUIÇÃO DO CARGO

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

- Tem como atribuição primária o exercício de atividades de vigilância, prevenção, controle de doenças e agentes etiológicos, e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor do Município.

ANEXO II – LAUDO CARACTERIZADOR DE DEFICIÊNCIA

LAUDO CARACTERIZADOR DE DEFICIÊNCIA De acordo com os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/2015, Lei 12764/12, Decreto 3.298/1999 e da Instrução Normativa SIT/ MTE n.º 98 de 15/08/2012.	
Nome:	CPF:
CID: Origem da deficiência: <input type="checkbox"/> Congênita <input type="checkbox"/> Acid./Doença do. trabalho <input type="checkbox"/> Acid. comum <input type="checkbox"/> Doença comum <input type="checkbox"/> Adquirida pós operatório	
Descrição <u>detalhada</u> dos impedimentos (alterações) nas funções e estruturas do corpo (física, auditiva, visual, intelectual e mental - psicossocial). Utilizar folhas adicionais, se necessário. Adicionar as informações e exames complementares solicitados abaixo para cada tipo de deficiência.	
Descrição das limitações no desempenho de atividades da vida diária e restrições de participação social, (informar se necessita de apoios – órteses, próteses, softwares, ajudas técnicas, cuidador etc.). Utilizar folhas adicionais, se necessário.	
<input type="checkbox"/> I- Deficiência Física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, <u>acarretando o comprometimento da função física</u> , apresentando-se sob a forma de: <input type="checkbox"/> paraplegia <input type="checkbox"/> paraparesia <input type="checkbox"/> monoplegia <input type="checkbox"/> monoparesia <input type="checkbox"/> tetraplegia <input type="checkbox"/> tetraparesia <input type="checkbox"/> triplegia <input type="checkbox"/> triparesia <input type="checkbox"/> hemiplegia <input type="checkbox"/> hemiparesia <input type="checkbox"/> ostomia <input type="checkbox"/> amputação ou ausência de membro <input type="checkbox"/> paralisia cerebral <input type="checkbox"/> membros com deformidade congênita ou adquirida <input type="checkbox"/> nanismo (altura: _____) <input type="checkbox"/> outras - especificar: _____	<input type="checkbox"/> III a- Visão Monocular - conforme parecer CONJUR/MTE 444/11: cegueira legal em um olho, na qual a acuidade visual com a melhor correção óptica é igual ou menor que 0,05 (20/400) (ou cegueira declarada por oftalmologista). Obs: Anexar laudo oftalmológico <input type="checkbox"/> IV- Deficiência Intelectual - funcionamento intelectual significativamente inferior à média e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas, tais como: <input type="checkbox"/> a) - Comunicação; <input type="checkbox"/> b) - Cuidado pessoal; <input type="checkbox"/> c) - Habilidades sociais; <input type="checkbox"/> d) - Utilização de recursos da comunidade; <input type="checkbox"/> e) - Saúde e segurança; <input type="checkbox"/> f) - Habilidades acadêmicas; <input type="checkbox"/> g) - Lazer; <input type="checkbox"/> h) - Trabalho. Obs: Anexar laudo do especialista.
<input type="checkbox"/> II- Deficiência Auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz Obs: Anexar audiograma	<input type="checkbox"/> IV a- Deficiência Mental – Psicossocial – conforme Convenção ONU – Esquizofrenia, Transtornos psicóticos e outras limitações psicossociais que impedem a plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (<u>Informar no campo descritivo se há outras doenças, data de início das manifestações e citar as limitações para habilidades adaptativas</u>). Obs: Anexar laudo do especialista
<input type="checkbox"/> III- Deficiência Visual () cegueira - acuidade visual $\leq 0,05$ (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica; () baixa visão - acuidade visual entre 0,3 (20/60) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica; () somatória da medida do campo visual em ambos os olhos igual ou menor que 60° Obs: Anexar laudo oftalmológico, com acuidade visual, pela tabela de Snellen, com a melhor correção óptica ou somatório do campo visual em graus.	<input type="checkbox"/> IV b- Deficiência Mental – Lei 12764/2012 – Espectro Autista Obs: Anexar laudo do especialista. <input type="checkbox"/> V- Deficiência Múltipla - associação de duas ou mais deficiências. (Assinalar cada uma acima)
Conclusão: A pessoa está enquadrada nas definições do artigo 2º, da Lei nº 13.146/2015-Lei Brasileira de Inclusão-Estatuto da Pessoa com Deficiência; dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Dec. 5296/2004; do artigo 1º, §2º, da Lei nº 12.764/2012, Parecer CONJUR 444/11, das recomendações da IN 98/SIT/2012, de acordo com dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, promulgada pelo Decreto nº. 6.949/2009.	
Assinatura e carimbo do Profissional de nível superior da área da saúde/Especialidade	Data:
Estou ciente de que estou sendo enquadrado na cota de pessoas com Deficiência /reabilitados da empresa. Autorizo a apresentação deste Laudo e exames ao Ministério do Trabalho.	Assinatura do empregado